

No. 38483

**Brazil
and
Russian Federation**

Treaty on partnership relations between the Federative Republic of Brazil and the Russian Federation. Moscow, 22 June 2000

Entry into force: *14 January 2002 by the exchange of instruments of ratification, in accordance with article XIV*

Authentic texts: *Portuguese and Russian*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 11 June 2002*

**Brésil
et
Fédération de Russie**

Traité relatif à des relations de partenariat entre la République fédérative du Brésil et la Fédération de Russie. Moscou, 22 juin 2000

Entrée en vigueur : *14 janvier 2002 par échange des instruments de ratification, conformément à l'article XIV*

Textes authentiques : *portugais et russe*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 11 juin 2002*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

TRATADO SOBRE AS RELAÇÕES DE PARCERIA ENTRE A REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E A FEDERAÇÃO DA RÚSSIA

A República Federativa do Brasil

e

A Federação da Rússia
(doravante denominadas "Partes"),

Movidas pelos sentimentos de tradicional amizade entre os povos dos dois países;

Verificando o grande potencial acumulado nas relações brasileiro-russas e o espírito de entendimento e cooperação que lhes é inerente;

Convencidas da necessidade de maior aproximação baseada em parceria, confiança mútua e apego aos valores da liberdade e da justiça;

Plenamente determinadas a elevar as relações bilaterais a novos patamares, condizentes com as respectivas realidades políticas, econômicas e sociais;

Considerando que o fortalecimento das relações amistosas e em condições de igualdade entre os dois Países corresponde aos interesses de seus povos e, também, ao objetivo de desenvolvimento pacífico e harmonioso de toda a comunidade internacional;

Desejando contribuir para o fortalecimento da paz e da segurança internacionais e para a constituição de uma ordem mundial justa e democrática, com base nos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e do Direito Internacional,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

1. As Partes desenvolverão relações de parceria e cooperação, em conformidade com a Carta das Nações Unidas e outros documentos fundamentais do Direito Internacional e com base nos princípios de igualdade soberana, respeito à integridade territorial, não-ingerência nos assuntos internos e solução pacífica de controvérsias.

2. Manterão uma interação construtiva no cenário internacional, especificamente no âmbito da Organização das Nações Unidas e outras organizações internacionais, no intuito de promover uma ordem mundial justa, pacífica e democrática, em rigorosa observância aos direitos do homem, ao direito de cada Estado de usufruir de independência política e econômica, bem como de conduzir uma política exterior soberana, de respeito e afirmação dos valores democráticos.

ARTIGO II

1. Confirmando seus compromissos respectivos nas áreas de desarmamento e controle de armamentos, as Partes coordenarão seus esforços nessas duas áreas de atuação. As Partes favorecerão a participação de todos os países no processo de desarmamento global. Comprometem-se, no mesmo contexto, a trabalhar, em coordenação, pela não-proliferação e proscricção das armas de destruição em massa, de acordo com suas legislações nacionais e os compromissos internacionais assumidos nesse domínio.

2. As Partes levarão adiante a cooperação bilateral no âmbito da Conferência para o Desarmamento.

ARTIGO III

1. As Partes ampliarão e aprofundarão sua cooperação no âmbito da Organização das Nações Unidas, visando à sua maior eficiência e adaptação às novas realidades mundiais e a fortalecer o papel por ela desempenhado na criação de condições propícias à convivência pacífica dos povos, e de garantias de estabilidade e segurança dos Estados.
2. Contribuirão para o fortalecimento do papel da Organização das Nações Unidas, por todos os meios, na resolução dos problemas globais da atualidade, na constituição de uma ordem mundial justa e no desenvolvimento da cooperação nas áreas econômica, social, científica, tecnológica, cultural e humanitária entre todos os Estados.
3. Desenvolverão esforços para ampliar a cooperação entre as organizações regionais e a Organização das Nações Unidas, respeitados os limites dos respectivos mandatos constitutivos.

ARTIGO IV

De acordo com a Resolução 41/11 da Assembléia Geral das Nações Unidas, de 27 de outubro de 1986, as Partes favorecerão a consolidação da zona de paz e cooperação do Atlântico Sul e a plena realização de seus objetivos, com ampla colaboração da comunidade internacional.

ARTIGO V

1. As Partes estimularão o estabelecimento e o desenvolvimento dos contatos e da cooperação entre a Federação da Rússia e o Grupo do Rio e entre a Federação da Rússia e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).
2. Concorrerão para a adesão recíproca das estruturas econômicas e comerciais do Brasil e da Federação da Rússia aos processos integrativos em formação na América Latina e nos países da Comunidade dos Estados Independentes (CEI).

ARTIGO VI

Atribuindo grande importância à coordenação de medidas práticas tendentes a garantir um desenvolvimento econômico estável dos Estados e um crescimento equilibrado da economia mundial em seu todo, as Partes colaborarão em organizações internacionais de natureza econômica, comercial e financeira, tendo em vista o desenvolvimento econômico de ambas.

ARTIGO VII

1. As Partes ampliarão e aprofundarão o diálogo sobre as questões essenciais das relações bilaterais, os problemas internacionais e regionais e as experiências na aplicação de reformas sócioeconômicas e políticas nos dois países.

2. Promoverão contatos em todos os níveis, especialmente para a realização de consultas políticas entre os respectivos Ministérios das Relações Exteriores e para a troca de missões de representantes dos respectivos órgãos legislativos, executivos e judiciários, bem como a organização de encontros entre representantes de entidades estatais e não-estatais, com a finalidade de incrementar a cooperação bilateral.

3. Incentivarão as reuniões das comissões intergovernamentais já criadas e por criar, quando necessário e de comum acordo, e outros órgãos permanentes e especiais com vistas à expansão da cooperação bilateral, nas áreas de comércio, economia, proteção ao meio ambiente, cultura, educação, ciência e tecnologia.

ARTIGO VIII

1. As Partes tomarão medidas para a ampliação do quadro jurídico bilateral, com vistas ao desenvolvimento do comércio e da cooperação econômica, tecnológica e cultural.

2. Contribuirão para o desenvolvimento da cooperação econômica, comercial e tecnológica, inclusive mediante a identificação de

novas formas de interação em setores de interesse mútuo, tais como agroindústria, indústria de bens de consumo, metalurgia, construção de máquinas, energia, desenvolvimento de transportes e outros ramos da infra-estrutura.

3. Estimularão a organização de seminários, simpósios, feiras e exposições industriais e comerciais, em conformidade com os interesses de cada uma.

4. Fomentarão e estimularão a cooperação científica e tecnológica em áreas como utilização da energia nuclear com fins pacíficos, pesquisa e aproveitamento pacíficos do espaço exterior, eletrônica, informática, biotecnologia, genética, desenvolvimento de novos materiais e em outros domínios de interesse mútuo, bem como tomarão medidas para a realização de programas de pesquisa conjunta na esfera de tecnologias de ponta.

ARTIGO IX

1. As Partes cooperarão para a maior eficiência dos esforços internacionais visando a melhorar e sanear a situação ecológica do mundo, de acordo com as normas jurídicas internacionais sobre a matéria.

2. Ao salientarem o importante papel da Organização das Nações Unidas na busca de soluções para a problemática ecológica e na aplicação dos princípios de desenvolvimento sustentável no aproveitamento dos recursos naturais, as Partes contribuirão para a implementação das decisões tomadas na Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992, para a atuação coordenada no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, assim como para a convocação regular de novos foros ecológicos internacionais.

3. Estabelecerão a cooperação nessa área em níveis nacional, regional e mundial, inclusive mediante o intercâmbio de informações, a transmissão de conhecimentos científicos e tecnológicos, consultas recíprocas e a criação de uma base jurídica sobre a matéria.

ARTIGO X

As Partes colaborarão no combate ao crime organizado, ao tráfico ilegal de narcóticos e substâncias psicotrópicas, aos atos de terrorismo internacional, especificamente aos lesivos à segurança da aviação civil e da navegação marítima, assim como à fabricação de moeda falsa e ao contrabando, inclusive à transferência ilegal de valores culturais através de fronteiras e de espécies animais e vegetais ameaçadas de extinção, em conformidade com os instrumentos internacionais vigentes.

ARTIGO XI

1. As Partes desenvolverão o intercâmbio de idéias e informações para a garantia do respeito aos direitos humanos e às liberdades individuais fundamentais, contribuindo para a ampliação dos contatos entre os cidadãos dos dois países.

2. Fomentarão a cooperação direta entre instituições e representantes particulares da esfera cultural de todos os meios e incentivarão a ampliação do intercâmbio turístico e esportivo, bem como dos contatos entre partidos políticos, associações profissionais e artísticas, fundações, escolas, centros de ensino superior, organizações defensoras dos direitos humanos, religiosas, feministas, juvenis, ecológicas e outras.

ARTIGO XII

As Partes concluirão, sempre que necessário, acordos e entendimentos para implementar as cláusulas do presente Tratado.

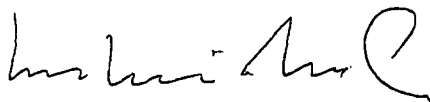
ARTIGO XIII

O disposto no presente Tratado não prejudica os compromissos assumidos pela República Federativa do Brasil e pela Federação da Rússia em relação aos tratados internacionais de que as Partes sejam signatárias e em relação a terceiros países.

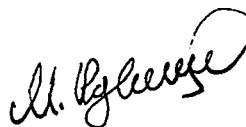
ARTIGO XIV

1. O presente Tratado entrará em vigor na data da troca dos instrumentos de ratificação.
2. Permanecerá em vigor durante 10 (dez) anos, podendo ser automaticamente prorrogado por períodos de 5 (cinco) anos, a menos que uma das Partes notifique à outra, por escrito e por via diplomática, sua intenção de denunciá-lo, com antecedência mínima de 1 (um) ano da data de sua expiração.

Feito em Moscou, em 22 de junho de 2000, em dois exemplares originais, nos idiomas português e russo, sendo ambos os textos igualmente autênticos.



PELA REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL
Marco Antônio de Oliveira Maciel
Vice Presidente



PELA FEDERAÇÃO DA RÚSSIA
Mikhail Kassianov
Primeiro Ministro

[RUSSIAN TEXT — TEXTE RUSSE]

**ДОГОВОР
О ПАРТНЕРСКИХ ОТНОШЕНИЯХ МЕЖДУ
ФЕДЕРАТИВНОЙ РЕСПУБЛИКОЙ БРАЗИЛИЕЙ
И РОССИЙСКОЙ ФЕДЕРАЦИЕЙ**

Федеративная Республика Бразилия и Российская Федерация,
далее именуемые Сторонами,

движимые чувствами традиционной дружбы между народами
обеих стран,

констатируя накопленный в российско-бразильских отношениях
большой потенциал и присущий им дух взаимопонимания и
сотрудничества,

убежденные в необходимости дальнейшего сближения на основе
партнерства, взаимного доверия, приверженности ценностям свободы и
справедливости,

преисполненные решимости поднять двусторонние отношения на
новый уровень, отвечающий современным политическим,
экономическим и социальным реалиям,

считая, что укрепление дружественных и равноправных
отношений между двумя странами отвечает интересам их народов, а
также целям мирного и гармоничного развития всего международного
сообщества,

желая содействовать укреплению международного мира и
безопасности, формированию справедливого и демократического

мирового порядка в соответствии с целями и принципами Устава ООН и международным правом,

договорились о нижеследующем:

Статья 1

Стороны будут развивать отношения партнерства и сотрудничества в соответствии с Уставом ООН, другими основополагающими документами международного права и на основе принципов суверенного равенства, уважения территориальной целостности, невмешательства во внутренние дела и мирного разрешения споров.

Они будут конструктивно взаимодействовать на международной арене, в том числе в рамках ООН и других международных организаций, в целях обеспечения справедливого мирного и демократического миропорядка, в условиях неукоснительного соблюдения прав человека, уважения права каждого государства на политическую и экономическую независимость, самостоятельную внешнюю политику, утверждения демократических ценностей.

Статья 2

Подтверждая свои соответствующие обязательства в области разоружения и контроля над вооружениями, Стороны будут координировать свои усилия в этих двух сферах. Они будут способствовать вовлечению всех стран в процесс всеобщего разоружения. В данном контексте они обязуются координировать свою деятельность в целях нераспространения и запрещения оружия массового поражения в соответствии со своими национальными

законодательствами и принятыми ими международными обязательствами в этой области.

Стороны будут продолжать двустороннее сотрудничество в рамках Конференции по разоружению.

Статья 3

Стороны будут расширять и углублять сотрудничество в рамках Организации Объединенных Наций в интересах повышения ее эффективности и адаптации к новым мировым реалиям, усиления роли этой Организации в деле создания благоприятных условий для мирного сосуществования народов, обеспечения гарантий стабильности и безопасности государств.

Они будут всемерно содействовать усилению роли ООН в решении глобальных проблем современности и формировании справедливого мирового порядка, развитию сотрудничества между всеми государствами в экономической, социальной, научно-технической, культурной и гуманитарной сферах.

Стороны будут содействовать расширению сотрудничества между региональными организациями и ООН при соблюдении положений соответствующих учредительных документов.

Статья 4

В соответствии с резолюцией 41/11 Генеральной Ассамблеи ООН от 27 октября 1986 года Стороны будут содействовать консолидации Зоны мира и сотрудничества в Южной Атлантике и полному осуществлению ее задач при широком содействии международного сообщества.

Статья 5

Стороны предпримут меры к установлению и развитию контактов и сотрудничества между Российской Федерацией и "группой Рио-де-Жанейро", а также между Российской Федерацией и Общим рынком стран Южного конуса (МЕРКОСУЛ).

Они будут способствовать взаимному подключению российских и бразильских торгово-экономических структур к интеграционным процессам, формирующимся в Латинской Америке и государствах СНГ.

Статья 6

Придавая важное значение координации практических мер по обеспечению стабильного экономического развития государств, сбалансированному росту мирового хозяйства в целом, Стороны будут взаимодействовать в международных организациях торгово-экономического и финансового профиля в целях экономического развития обеих стран.

Статья 7

Стороны будут углублять и расширять диалог по основным вопросам двусторонних отношений, международным и региональным проблемам, а также обмениваться опытом в области проведения в обеих странах социально-экономических и политических преобразований.

Они будут содействовать контактам на всех уровнях, в том числе проведению политических консультаций между министерствами иностранных дел, осуществлению обменов между законодательными, исполнительными и судебными органами, организации встреч представителей различных государственных и негосударственных организаций в целях наращивания двустороннего сотрудничества.

Стороны будут способствовать деятельности уже имеющихся и созданию по мере необходимости и по взаимной договоренности новых межправительственных комиссий и других постоянных и специальных органов по сотрудничеству в области взаимной торговли, экономики, охраны окружающей среды, культуры, образования, науки и технологий.

Статья 8

Стороны предпримут меры по расширению двусторонней правовой основы для развития торговли, экономического, технического и культурного сотрудничества.

Они будут содействовать расширению торгово-экономического и технического сотрудничества, в том числе путем выявления новых форм взаимодействия, представляющих взаимный интерес в таких областях, как агропромышленный комплекс и другие ориентированные на потребление отрасли, металлургия, машиностроение, энергетика, развитие транспорта, другие отрасли инфраструктуры.

Стороны будут поощрять организацию семинаров, симпозиумов, торговых и промышленных ярмарок и выставок с учетом интересов друг друга.

Стороны будут поощрять и стимулировать научное и техническое сотрудничество в использовании ядерной энергии в мирных целях, в мирном исследовании и использовании космического пространства, электронике, информатике, биотехнологии, генетике, создании новых материалов и других областях, представляющих взаимный интерес, а также предпринимать меры для реализации совместных исследовательских программ в области передовых технологий.

Статья 9

Стороны будут содействовать повышению эффективности международных усилий в целях улучшения и оздоровления экологической ситуации в мире с учетом действующих международно-правовых норм в этой области.

Отмечая важную роль ООН в поисках решения общих экологических проблем и в применении принципов устойчивого развития к использованию природных ресурсов, Стороны будут способствовать осуществлению решений состоявшейся в 1992 году Конференции по окружающей среде и развитию, координации позиций в рамках Комиссии ООН по устойчивому развитию, а также регулярному созыву новых международных форумов по вопросам экологии.

Они будут налаживать сотрудничество в этой области на национальном, региональном и глобальном уровнях, в том числе путем обмена информацией, передачи научно-технических знаний и взаимных консультаций, создания его юридической основы.

Статья 10

Стороны будут сотрудничать в области борьбы с организованной преступностью, незаконным оборотом наркотических средств и психотропных веществ, актами международного терроризма, в том числе направленными против безопасности гражданской авиации и морского судоходства, фальшивомонетничеством, контрабандой, включая незаконное перемещение через границы культурных ценностей, а также видов животных и растений, находящихся под

угрозой исчезновения, в соответствии с действующими международными инструментами.

Статья 11

Стороны будут развивать обмен идеями и информацией, которые содействуют обеспечению уважения прав человека и основных свобод личности, способствуют расширению прямых контактов между гражданами двух стран.

Они будут всемерно поощрять прямое сотрудничество между учреждениями и отдельными представителями культуры, содействовать расширению обменов по линии туризма и спорта, контактов между политическими партиями, профессиональными и творческими союзами, фондами, школами и высшими учебными заведениями, правозащитными, религиозными, женскими, молодежными, экологическими и другими организациями.

Статья 12

Стороны будут заключать по мере необходимости соглашения и договоренности в целях выполнения положений настоящего Договора.

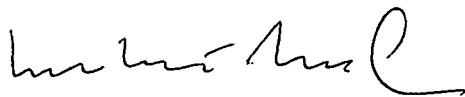
Статья 13

Положения настоящего Договора не наносят ущерба обязательствам Федеративной Республики Бразилии и Российской Федерации по другим международным договорам, участниками которых они являются, и не направлены против третьих стран.

Статья 14

Настоящий Договор вступит в силу в день обмена ратификационными грамотами. Он будет оставаться в силе в течение десяти лет и автоматически продлеваться на последующие пятилетние периоды, если ни одна из Сторон в письменной форме и по дипломатическим каналам как минимум за один год до истечения соответствующего периода не заявит о своем намерении прекратить его действие.

Совершено в Шошве "22" ИЮНЯ 2000 года
в двух экземплярах, каждый на португальском и русском языках,
причем оба текста имеют одинаковую силу.



За Федеративную Республику
Бразилию



За Российскую Федерацию

[TRANSLATION - TRADUCTION]

TREATY ON PARTNERSHIP RELATIONS BETWEEN THE FEDERATIVE
REPUBLIC OF BRAZIL AND THE RUSSIAN FEDERATION

The Federative Republic of Brazil and the Russian Federation, hereinafter referred to as "the Parties",

Guided by the traditional feelings of friendship between the peoples of the two countries,

Noting the great potential accumulated in Russian-Brazilian relations and their inherent spirit of mutual understanding and cooperation,

Convinced of the need to enhance their closeness on the basis of partnership, mutual trust and dedication to the values of freedom and justice,

Determined to raise bilateral relations to a new level reflecting contemporary political, economic and social realities,

Believing that strengthening friendly ties between the two countries on the basis of equal rights is in the interest of their peoples and promotes the goal of the peaceful and harmonious development of the entire international community,

Wishing to promote the strengthening of international peace and security and the establishment of a just and democratic world order in conformity with the purposes and principles of the United Nations Charter and with international law,

Have agreed as follows:

Article 1

The Parties shall develop ties of partnership and cooperation in conformity with the United Nations Charter and other fundamental instruments of international law and on the basis of the principles of sovereign equality, respect for territorial integrity, non-interference in internal affairs and peaceful settlement of disputes.

2. They shall cooperate constructively in the international arena, including in the United Nations and other international organizations, in order to ensure a just, peaceful and democratic world order with strict observance of human rights, respect for the right of each State to political and economic independence and an independent foreign policy, and affirmation of democratic values.

Article 2

1. Confirming their respective obligations in the areas of disarmament and arms control, the Parties shall coordinate their efforts in those two spheres. They shall promote the inclusion of all countries in the process of general disarmament. In that context, they commit themselves to coordinating their activities aimed at the non-proliferation and prohibition of weapons of mass destruction in conformity with their domestic legislation and international obligations in that area.

2. The Parties shall continue their bilateral cooperation within the framework of the Conference on Disarmament.

Article 3

1. The Parties shall expand and deepen cooperation within the framework of the United Nations with a view to enhancing its effectiveness and adaptation to new global realities, strengthening the role of the Organization in the creation of favourable conditions for the peaceful coexistence of peoples and providing guarantees for the stability and security of States.

2. They shall do their utmost to promote the strengthening of the role of the United Nations in solving contemporary global problems and developing a just world order, and the development of cooperation between all States in the economic, social, scientific, technical, cultural and humanitarian spheres.

3. The Parties shall promote the broadening of cooperation between regional organizations and the United Nations in conformity with the provisions of their respective constitutive instruments.

Article 4

In conformity with United Nations General Assembly resolution 41/11 of 27 October 1986, the Parties shall promote consolidation of the Zone of Peace and Cooperation of the South Atlantic and full implementation of its objectives with broad support from the international community.

Article 5

The Parties shall take measures to establish and develop contacts and cooperation between the Russian Federation and the Rio Group, as well as between the Russian Federation and the South American Common Market (Mercosur).

2. They shall promote mutual involvement of Russian and Brazilian trade and economic bodies in the integration processes now emerging in Latin America and the States of the Commonwealth of Independent States.

Article 6

Attaching great importance to the coordination of practical measures to ensure the stable economic development of States and balanced growth in the world economy as a whole, the Parties shall collaborate in international organizations dealing with trade, the economy and finance, with a view to promoting the economic development of both countries.

Article 7

1. The Parties shall deepen and expand dialogue on the main questions of bilateral relations and on international and regional problems, and exchange experiences in the implementation of social, economic and political transformations in their countries.

2. They shall promote contacts at all levels, including holding political consultations between Ministries of Foreign Affairs, carrying out exchanges between legislative, executive and judicial bodies and organizing meetings of representatives of governmental and non-governmental organizations with a view to stimulating bilateral cooperation.

3. The Parties shall facilitate the activities of existing intergovernmental commissions and other standing and ad hoc bodies for cooperation in the areas of mutual trade, the economy, protection of the environment, culture, education, science and technology, and create new ones, as needed and by mutual agreement.

Article 8

1. The Parties shall take measures to expand the bilateral legal basis for the development of trade and economic, technical and cultural cooperation.

2. They shall promote the expansion of cooperation in trade and technology, including the development of new forms of collaboration of mutual interest in such areas as the agro-industrial sector and other consumption-oriented branches, metallurgy, mechanical engineering, energy generation, development of transport and other infrastructure branches.

3. The Parties shall encourage the organization of seminars, symposia, and trade and industry fairs and exhibitions of mutual interest.

4. The Parties shall encourage and stimulate scientific and technical cooperation in the use of nuclear energy for peaceful purposes, the peaceful study and use of outer space, electronics, computer science, biotechnology, genetics, creation of new materials and other topics of mutual interest, and shall take measures to carry out joint research programmes in advanced technologies.

Article 9

1. The Parties shall work to increase the effectiveness of international efforts to improve the world environmental situation and make it more healthy, taking due account of existing international standards in this area.

2. Noting the important role of the United Nations in the search for solutions to general environmental problems and in the implementation of the principles of sustainable development in the use of natural resources, the Parties shall promote implementation of the decisions taken in 1992 by the Conference on Environment and Development, coordination of their positions within the framework of the United Nations Commission on Sustainable Development and regular convening of new international forums on the environment.

3. They shall arrange for cooperation in this area at the national, regional and global levels, including through exchange of information, transfer of scientific and technical

knowledge and mutual consultations and establishment of a legal basis for such cooperation.

Article 10

The Parties shall cooperate in efforts to combat organized crime, illicit trafficking in narcotics and psychotropic substances, acts of international terrorism, including acts against the safety of civil aviation and maritime navigation, counterfeiting and smuggling, including the illicit transport of cultural objects and endangered vegetable and animal species across borders, in conformity with the international instruments in force.

Article 11

1. The Parties shall develop the exchange of ideas and information that promote respect for human rights and fundamental freedoms of the person and expansion of direct contacts between nationals of the two countries.

2. They shall in every way encourage direct cooperation between cultural institutions and individual representatives of culture and promote the expansion of exchanges through tourism and sport and contacts between political parties, professional and artistic associations, foundations, schools and institutions of higher learning, and law-enforcement, religious, women's, youth, environmental and other organizations.

Article 12

The Parties shall conclude agreements and understandings, as needed, to implement the provisions of the present Treaty.

Article 13

The provisions of the present Treaty shall not prejudice the obligations of the Federative Republic of Brazil and the Russian Federation under other international agreements to which they are party and shall not be interpreted as being directed against third countries.

Article 14

The present Treaty shall enter into force on the date of the exchange of instruments of ratification. It shall remain in force for ten years and shall be renewed automatically for five-year periods, provided neither Party has announced, in written form and through the diplomatic channel at least one year before the expiration of the current period, its intention to terminate its effect.

Done in Moscow on 22 June 2000 in two copies, each in the Portuguese and Russian languages, both texts being equally authentic.

For the Federative Republic of Brazil :
MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA MACIEL
Vice-President

For the Russian Federation :
MIKHAIL KASSIANOV
Prime Minister

[TRANSLATION - TRADUCTION]

TRAITE RELATIF A DES RELATIONS DE PARTENARIAT ENTRE LA REPUBLIQUE FEDERATIVE DU BRESIL ET LA FEDERATION DE RUSSIE

La République fédérative du Brésil et

La Fédération de Russie (ci-après dénommées les " Parties "),

Animées par les sentiments d'amitié traditionnelle entre les peuples des deux pays ;

Considérant l'énorme potentiel investi dans les relations entre le Brésil et la Russie et l'esprit de compréhension et de coopération qui les caractérise ;

Convaincues de la nécessité d'un rapprochement plus étroit fondé sur le partenariat, la confiance mutuelle et l'attachement aux valeurs de liberté et de justice ;

Résolues à porter les relations bilatérales à de nouveaux niveaux compatibles avec leurs réalités politiques, économiques et sociales respectives ;

Considérant que le renforcement des relations amicales dans des conditions d'égalité entre les deux pays correspond aux intérêts de leurs peuples ainsi qu'aux objectifs de développement pacifique et harmonieux de toute la communauté internationale ;

Désireuses de contribuer au renforcement de la paix et de la sécurité internationale et à la constitution d'un ordre mondial juste et démocratique, fondé sur les buts et principes de la Charte des Nations Unies et du droit international ;

Sont convenues de ce qui suit :

Article premier

1. Les Parties noueront des relations de partenariat et de coopération, conformément à la Charte des Nations Unies et autres documents fondamentaux du droit international, ainsi que sur la base des principes de l'égalité souveraine, du respect de l'intégrité territoriale, de la non ingérence dans les affaires intérieures et du règlement pacifique des différends.

2. Elles maintiendront une interaction constructive dans l'arène internationale, dans le cadre notamment de l'Organisation des Nations Unies et autres organisations internationales, afin de promouvoir un ordre mondial juste, pacifique et démocratique, dans le rigoureux respect des droits de l'homme, du droit de chaque Etat de jouir de l'indépendance politique et économique et de mener une politique étrangère souveraine, de respect et d'affirmation des valeurs démocratiques.

Article 2

1. Confirmant leurs engagements respectifs en matière de désarmement et de contrôle des armements, les Parties coordonneront leurs efforts dans ces deux domaines d'action. Elles encourageront tous les pays à participer au processus de désarmement mondial. Elles s'engagent, dans le même esprit, à travailler en coordination pour la non prolifération et l'in-

terdiction des armes de destruction massive, conformément à leurs législations nationales et aux engagements internationaux souscrits dans ce domaine.

2. Les Parties poursuivront une coopération bilatérale dans le cadre de la Conférence du désarmement.

Article 3

1. Les Parties étendront et resserreront leur coopération dans le cadre des Nations Unies, afin de donner à celles-ci un maximum d'efficacité, d'assurer leur adaptation aux nouvelles réalités mondiales et de renforcer le rôle qu'elles jouent dans la création de conditions propices à une coexistence pacifique des peuples et dans la mise en place de garanties de la stabilité et de la sécurité des Etats.

2. Elles contribueront à renforcer par tous les moyens le rôle de l'Organisation des Nations Unies dans la solution des problèmes mondiaux d'actualité, dans l'instauration d'un ordre mondial juste et dans le développement de la coopération entre tous les Etats dans les domaines économique, social, scientifique, technologique, culturel et humanitaire.

3. Elles s'efforceront d'étendre la coopération entre les organisations régionales et l'Organisation des Nations Unies, dans le respect des limites de leurs mandats constitutifs respectifs.

Article 4

Conformément à la Résolution 41/11 de l'Assemblée générale des Nations Unies du 27 octobre 1986, les Parties encourageront la consolidation de la Zone de paix et de coopération de l'Atlantique sud et une pleine réalisation de ses objectifs, avec l'ample concours de la communauté internationale.

Article 5

1. Les Parties favoriseront l'établissement et le développement de contacts et d'une coopération entre la Fédération de Russie et le Groupe de Rio et entre la Fédération de Russie et le Marché commun sud américain (MERCOSUL).

2. Elles collaboreront de manière à assurer l'adaptation réciproque des structures économiques et commerciales du Brésil et de la Fédération de Russie aux processus d'intégration en cours en Amérique latine et dans les pays de la Communauté des Etats Indépendants (CEI).

Article 6

Vu l'importance qu'elles attachent à la coordination de mesures pratiques visant à garantir un développement économique stable des Etats et une croissance équilibrée de l'économie mondiale dans son ensemble, les Parties collaboreront au sein des organisations internationales de nature économique, commerciale et financière afin d'assurer le développement économique de chacune d'elles.

Article 7

1. Les Parties élargiront et approfondiront leur dialogue sur les questions essentielles touchant aux relations bilatérales, aux problèmes internationaux et régionaux et aux expériences faites en matière d'application des réformes socio-économiques et politiques dans leurs deux pays.

2. Elles encourageront les contacts à tous les niveaux, en vue notamment de procéder à des consultations politiques entre leurs ministères respectifs des affaires étrangères, à un échange de missions de représentants de leurs organes législatif, exécutif et judiciaire respectifs, à l'organisation de rencontres entre les représentants de leurs organismes publics et parapublics, à l'effet de resserrer leur coopération bilatérale.

3. Elles susciteront des réunions des commissions intergouvernementales déjà créées ou à créer, quand besoin est et d'un commun accord, ainsi que d'autres organes permanents ou spéciaux afin d'élargir leur coopération bilatérale dans les domaines du commerce, de l'économie, de la protection de l'environnement, de la culture, de l'éducation, de la science et de la technologie.

Article 8

1. Les Parties prendront des mesures pour élargir leur cadre juridique bilatéral, afin de développer le commerce et la coopération économique, technologique et culturelle.

2. Elles contribueront au développement de la coopération économique, commerciale et technologique, en définissant notamment de nouvelles formes d'interaction dans les secteurs d'intérêt commun, tels que l'agroindustrie, l'industrie des biens de consommation, la métallurgie, la construction mécanique, l'énergie, le développement des transports et autres branches de l'infrastructure.

3. Elles encourageront l'organisation de séminaires, colloques, foires et expositions industrielles et commerciales, conformément aux intérêts de chacune d'elles.

4. Elles favoriseront et stimuleront la coopération scientifique et technologique dans des domaines tels que l'utilisation de l'énergie nucléaire à des fins pacifiques, les recherches portant sur l'espace et ses utilisations pacifiques, l'électronique, l'informatique, la biotechnologie, la génétique, la mise au point de nouveaux matériaux, ainsi que dans d'autres domaines d'intérêt mutuel ; elles prendront également des mesures pour réaliser des programmes de recherche conjoints dans le domaine des technologies de pointe.

Article 9

1. Les Parties coopéreront pour assurer une plus grande efficacité aux efforts internationaux visant à améliorer et à assainir l'environnement global, conformément aux normes juridiques internationales en la matière.

2. Soulignant le rôle majeur joué par l'Organisation des Nations Unies dans la recherche de solutions aux problèmes de l'environnement et dans l'application des principes du développement durable à l'exploitation des ressources naturelles, les Parties contribueront à mettre en oeuvre les décisions de la Conférence sur l'environnement et le développement

tenu en 1992 au moyen d'une action coordonnée dans le cadre de la Commission du développement durable de l'Organisation des Nations Unies, ainsi qu'à assurer la convocation régulière de nouvelles tribunes écologiques internationales.

3. Elles établiront une coopération dans ce domaine aux niveaux national, régional et mondial, au moyen notamment d'un échange d'informations, de la transmission des connaissances scientifiques et technologiques, de consultations réciproques et de la création d'une base juridique en la matière.

Article 10

Les Parties collaboreront à la lutte contre le crime organisé, le trafic illégal de stupéfiants et de substances psychotropes, contre les actes de terrorisme international, notamment ceux portant atteinte à la sécurité de l'aviation civile et de la navigation maritime, ainsi qu'à la lutte contre la fabrication de fausses monnaies et contre la contrebande, y compris le transfert illégal transfrontière de valeurs culturelles et d'espèces animales et végétales menacées d'extinction, conformément aux instruments internationaux en vigueur.

Article 11

1. Les Parties développeront les échanges d'idées et d'informations pour garantir le respect des droits de l'homme et les libertés individuelles fondamentales, contribuant ainsi à un élargissement des contacts entre les citoyens des deux pays.

2. Elles encourageront une coopération directe entre institutions et personnes représentatives du monde de la culture par tous les moyens et susciteront une augmentation des échanges touristiques et sportifs ainsi que des contacts entre partis politiques, associations professionnelles et artistiques, fondations, établissements scolaires, centres d'enseignement supérieur, organisations de défense des droits de l'homme, organisations religieuses, féministes, de jeunes, écologiques et autres.

Article 12

Les Parties concluront, en tant que de besoin, des accords et ententes afin de mettre en oeuvre les clauses du présent Traité.

Article 13

Les dispositions du présent Traité ne portent atteinte en rien aux engagements contractés par la République fédérative du Brésil et par la Fédération de Russie dans le cadre de traités internationaux dont les Parties sont signataires ou à l'égard de pays tiers.

Article 14

1. Le présent Traité entrera en vigueur à la date de l'échange des instruments de ratification.

2. Il restera en vigueur 10 (dix) ans et pourra être reconduit automatiquement pour des périodes de 5 (cinq) ans à moins qu'une des Parties n'informe l'autre, par écrit et par la voie diplomatique, de son intention de le dénoncer, moyennant un préavis minimum d'1 (un) an avant qu'il ne vienne à expiration.

Fait à Moscou, le 22 juin 2000, en deux exemplaires originaux, en langues portugaise et russe, les deux textes faisant également foi.

Pour la République fédérative du Brésil :
Le Vice-président,
MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA MACIEL

Pour la Fédération de Russie :
Le Premier ministre,
MIKHAIL KASSIANOV